

The background of the cover is a photograph of a sunset over a landscape with several high-voltage power line towers and their associated cables. The sun is a bright, glowing orb on the horizon, casting a warm orange and red glow across the sky and clouds. The power lines and towers are silhouetted against the bright sky. The text is overlaid on the right side of the image.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

—
2017

A vertical photograph on the left side of the page shows a sunset with a bright orange sun low on the horizon. Several power lines and a transmission tower are silhouetted against the colorful sky. The overall tone is warm and orange.

SUMARIO

Mensagem da Administração	3
Identificação Geral	5
1. Atividades Desenvolvidas	6
1.1 Segmentos de Negócios	6
1.2 Receitas e Lucros Proveniente dos Segmentos	8
1.3 Regras aplicáveis à Fixação de Tarifas	8
1.4 Outras Informações relevantes	9
2. Compromisso Público	10
3. Políticas Públicas	10
4. Governança Corporativa	14
4.1 Modelo de Governança Corporativa	14
4.2 Estrutura de Governança	14
4.3 Principais Melhorias em Governança Corporativa	15
4.4 Composição e Remuneração da Administração	17
5. Gestão de Riscos e Controles Internos	17
5.1 Gerenciamento de Riscos	17
5.2 Controle Interno	19
5.3 Programa de Integridade	19
5.4 Fatores de Riscos	20
6. Dados Econômico-Financeiros e Comentários dos Administradores	21

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Mensagem da Administração

A Copel conquistou ao longo do tempo uma posição de inquestionável destaque no mercado brasileiro de energia. Tal conquista é resultado de seu sólido posicionamento estratégico, robusto portfólio de negócios e competência para gerir negócios, parceiros, clientes e pessoas – competência demonstrada pelos resultados obtidos em 2017, que totalizaram um lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão e investimento de R\$ 2,5 bilhões em todas nossas áreas de atuação.

Nosso cotidiano é pautado pela prática inconteste de nossos valores, pela valorização e desenvolvimento contínuo das competências técnicas e de liderança e da relação profícua com nossos colaboradores - nossos maiores ativos para a entrega de resultados sustentáveis.

Nossos resultados são ainda mais expressivos se comparados ao adverso contexto econômico e hidrológico que pautou 2017, requerendo ações tempestivas da Copel, que se mostraram extremamente frutíferas.

Nossa aspiração é tornar-se referência mundial em sustentabilidade, meta perseguida por planos sólidos e gestão contínua dos indicadores que sinalizam nosso progresso. Temos o compromisso de investir e contribuir com as políticas públicas na área de energia, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná. A expansão para outros nove estados brasileiros a partir de 2011 e o forte investimento em inovação nos anos recentes integra essa estratégia, vital para nosso equilíbrio financeiro no longo prazo, em meio à instabilidade regulatória ainda presente no setor elétrico. Tal estratégia está em alinhamento com a visão da Companhia de realizar sua missão buscando se tornar uma referência mundial em sustentabilidade.

Nosso parque gerador ultrapassa atualmente 91% de fontes renováveis, com destaque para os 566 MW de energia eólica instalados nos últimos três anos no Rio Grande do Norte, levando àquela região desenvolvimento local e proporcionando melhor qualidade de vida à população.

A participação ativa em leilões de transmissão no período nos coloca hoje entre as quatro maiores transmissoras do País. A jovem comercializadora do grupo conquistou, em 2017, o direito de atuar no seletivo mercado varejista e já tem clientes em 15 estados. A Copel Telecom, por sua vez, referência nacional em qualidade de conexão, mantém-se firme na curva de crescimento dos anos recentes.

Já a Distribuidora, em ambiente regulado, tem otimizado custos sem comprometer seu desempenho econômico-financeiro, seus índices de qualidade de fornecimento e seus projetos especiais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Sua participação ativa no desenho do novo marco regulatório do setor elétrico demonstra como a Copel Distribuição se encontra na vanguarda da mudança de paradigma tecnológico por que passa o setor elétrico.

Em tempos em que o cidadão assume protagonismo, demandando novos serviços e exigindo comportamento ético e ambientalmente correto das empresas e dos governos, a Copel se coloca à frente no desafio de pesquisar e implementar mudanças que, em breve, inevitavelmente, serão a regra no setor elétrico.

O período de mais de uma década de testes de conceito e operação de redes inteligentes agora rende frutos, seja com a modernização do sistema elétrico no campo, que em 2017 recebeu R\$ 78,2 milhões; nos projetos de *smart grid* em zonas urbanas; em pesquisas sobre armazenamento de energia que somam R\$ 70 milhões; ou na aposta na mobilidade elétrica, como o projeto Eletrovia, que corta o Paraná de leste a oeste, estimulando a cadeia de produção de veículos elétricos no Brasil.

A Copel antecipa um futuro no qual se vê não somente como gestora de rede inteligente, mas

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

principalmente como prestadora de serviços para consumidores com autonomia cada vez maior. Vemos na construção de um ambiente de confiança a principal estratégia para gerar valor em nossos negócios para as partes interessadas, além de requisito imprescindível para que nossos colaboradores expressem seu potencial criativo e inovador.

Isso requer estrutura de governança corporativa em permanente evolução. A criação da Diretoria de Governança, Risco e Compliance em 2016 conferiu à Copel maior agilidade para estruturar sua governança a partir das melhores práticas nacionais e internacionais, e facilitou sua adequação à Lei das Estatais.

Esse processo de adequação compreendeu uma série de alterações estatutárias, com destaque para a evolução no processo de avaliação de desempenho da Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, revisão do estatuto, reestruturação do Programa de Integridade, e atualização de controles internos, entre outros.

Tais medidas propiciaram à Copel o reconhecimento como a estatal mais transparente do Brasil em janeiro de 2018, pela Transparência Internacional (TRAC Brasil), sendo também, atualmente, a mais aderente à Lei das Estatais de acordo com o Observatório de Estatais da Fundação Getúlio Vargas.

Cientes de nossos desafios e da necessidade de otimizar o equilíbrio entre investimentos e gestão do endividamento, o Conselho de Administração da COPEL definiu em 2017 as diretrizes que norteiam, no curto e médio prazos, nosso Plano Estratégico, a saber:

- Monitorar o portfólio de negócios, privilegiando os que geram maior valor;
- Buscar o equilíbrio econômico-financeiro;
- Valorizar a Copel com retorno adequado aos acionistas;
- Evoluir o processo de governança, compliance e gestão de riscos;
- Assegurar a excelência operacional através da melhoria de produtividade e da gestão eficiente de custos
- Assegurar o investimento em Inovação, Tecnologia e Pessoas;
- Atender os requisitos dos Contratos de Concessão com ênfase na qualidade do atendimento aos clientes;
- Explorar novos negócios utilizando a credibilidade de sua marca e de sua carteira de clientes e a qualidade dos serviços;
- Atuar ativamente em órgãos setoriais e entidades representativas e regulatórias do setor de energia;
- Investir no desenvolvimento de pessoas protagonistas, determinadas e com espírito inovador.

Firme propósito e disposição para a mudança são atitudes que a Copel cultiva hoje para continuar a ser um motor de desenvolvimento para o Paraná, e para se consolidar, nos anos vindouros, em modelo de atuação empresarial em prol do interesse público, para muito além de suas fronteiras de atuação.

Administração da Copel

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Em conformidade com o Art. 8, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30.06.2016, com o Art. 13, incisos I, III e VIII, do Decreto Federal nº 8.945, de 27.12.2016, e com os Arts. 16 e 18 do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, relativa ao exercício social de 2017, que abrange a Copel (Holding) e as subsidiárias integrais Copel Geração e Transmissão S.A., Copel Distribuição S.A., Copel Comercialização S.A., Copel Renováveis S.A. e Copel Telecomunicações S.A.

Identificação Geral

CNPJ	76.483.817/0001-20. NIRE 41300036535		
Sede:	Curitiba - Paraná		
Tipo de estatal:	Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador:	Estado do Paraná		
Tipo societário:	Sociedade Anônima		
Tipo de capital:	Aberto		
Abrangência de atuação:	Nacional		
Sector de atuação:	Energia e Telecomunicações		
Diretor de Finanças e Relações com Investidores:	Adriano Rudek de Moura	(41) 3310-4279	adriano.moura@copel.com
Audidores Independentes atuais da empresa:	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	CNPJ 49.928.567/0001-11	
	Iara Pasian	CPF 011.207.508-81	
Conselheiros de Administração	Maurício Schulman	CPF 000.447.419-87	Presidente
subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:	Jonel Nazareno Iurk	CPF 221.896.299-34	Conselheiro
	Mauro Ricardo Machado Costa	CPF 266.821.251-00	Conselheiro
	Marco Antônio Barbosa Cândido	CPF 081.286.208-27	Conselheiro
	Leila Abraham Loria	CPF 375.862.707-91	Conselheira
	Olga Stankevicius Colpo	CPF 216.118.408-30	Conselheira
	Sérgio Abu Jamra Misael	CPF 373.970.017-34	Conselheiro
	Adriana Angela Antonioli	CPF 588.877.769-20	Conselheira
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	Jonel Nazareno Iurk	CPF 221.896.299-34	Diretor Presidente
	Adriano Rudek de Moura	CPF 037.059.028-73	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
	Vicente Loiacono Neto	CPF 041.329.709-81	Diretor de Governança, Risco e Compliance
	Harry Françóia Júnior	CPF 685.736.779-53	Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
	José Marques Filho	CPF 018.459.448-01	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
	Ana Letícia Feller	CPF 023.908.399-75	Diretora de Gestão Empresarial

Documento aprovado na 184ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia em 07 e 08.11.2018.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

1. Atividades Desenvolvidas

A Companhia Paranaense de Energia - Copel é sociedade por ações de capital aberto, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, estruturada como Holding, controlada pelo Estado do Paraná, criada pelo Decreto Estadual nº 14.947, de 26.10.1954, sob autorização da Lei Estadual nº 1.384, de 10.11.1953.

A Copel conta com cinco subsidiárias que se ocupam de diferentes negócios da empresa: a Copel Geração e Transmissão S.A. é responsável principalmente por gerar, transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos, além de estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e de transmissão de energia; a Copel Distribuição S.A. é destinada a prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, além de estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de distribuição de energia elétrica, entre outros; a Copel Comercialização S.A. tem como principal atividade a compra e venda de energia e a prestação de serviços de gestão no mercado livre de energia para seus clientes; a Copel Telecomunicações S.A. presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia, elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e no mercado em geral; a Copel Renováveis S.A. é voltada a geração, transmissão e comercialização de energia oriunda de fontes com capacidade de regeneração por meios naturais, juntamente com nove holdings em empreendimentos eólicos responsáveis pelo gerenciamento dos parques eólicos no Rio Grande do Norte.

Embora esteja sediada em Curitiba, no Paraná, a Copel está presente, além do Paraná, em nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte). Também tem participação em consórcios e empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações e gás natural. Outras informações sobre os negócios da Copel encontram-se nos itens 7.1 e 7.8 do Formulário de Referência 2018 e nos demais Relatórios Corporativos, disponíveis no *website*: www.copel.com.

1.1 Segmentos de Negócios

O sistema elétrico da Copel é composto por parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e de um moderno sistema óptico de telecomunicações, que integra todas as cidades do Paraná. As atividades estão organizadas em seis segmentos de negócio:

Geração

A Copel operou em 2017, 28 usinas próprias e participou em três usinas, sendo 17 hidrelétricas, 12 eólicas e 2 termelétricas, que, juntas, somaram capacidade instalada total de 5.313,4 MW e garantia física de 2.430,3 MW médios. Essa diferença entre a capacidade instalada e a garantia física se dá pelas variações hidrológicas de ano a ano. A produção líquida de energia foi de 20.891 GWh.

Transmissão

Neste segmento a Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação correspondente a 7.025 km de linhas de transmissão e 45 subestações da rede básica com potência de transformação da ordem de 14.752 MVA. As concessões de transmissão em operação em 31.12.2017 geram atualmente Receita Anual Permitida - RAP à Copel Geração e Transmissão de R\$ 777,4 milhões, proporcional a sua participação nos empreendimentos.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Distribuição

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel conta com 196.951,2 km de linhas de transmissão e atende aproximadamente 4,6 milhões de consumidores, em 1.113 localidades pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina. Nosso sistema de distribuição consiste de ampla rede de linhas aéreas e subestações com tensões de até 138 kV. Eletricidade em tensão mais alta é fornecida a consumidores industriais e comerciais maiores, e eletricidade em tensão mais baixa é fornecida a consumidores residenciais, pequenos consumidores industriais, consumidores comerciais e outros. Em 2017, foram conectadas novas subestações e linhas de alta tensão para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. Ao todo, foram adicionados aproximadamente 553,34 MVA ao sistema de distribuição e 192,8 km de novas linhas de transmissão de 138 kV e 69 kV.

Comercialização

Neste segmento, a Copel atua com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece serviços de gestão no mercado livre de energia para seus clientes.

Em janeiro de 2017 foi autorizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a atuar como comercializador varejista, modalidade em que um só agente de comercialização de energia elétrica representa consumidores e geradores sem necessidade de que estes se tornem agentes da CCEE. O mercado varejista apresenta-se promissor, tendo em vista que a maior parcela de migração para o mercado livre de energia ocorre entre os consumidores especiais, empresas com demanda entre 500 kW e 3.000 kW e que são os potenciais clientes do mercado varejista. A empresa encerrou 2017 apresentando crescimento expressivo, com mais de 300 MW médios de energia vendida, e ampliando sua área de atuação, mantendo clientes em 15 estados brasileiros.

Telecomunicações

A Copel presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e do mercado em geral. Os serviços são oferecidos por meio de rede de fibra óptica e atendem todos os 399 municípios do Paraná e dois de Santa Catarina com serviços de rede e internet de alta performance para empresas, operadoras e governo. Também atende 65 municípios, 64 do Paraná e um de Santa Catarina, com internet banda larga residencial com fibra óptica em rede modelo *Gigabit Passive Optical Network* - GPON, com um dos melhores desempenhos do mercado.

O Estado do Paraná é o primeiro e único do País a se tornar 100% digital, com rede que em 2017 totalizou 32,4 mil km de cabos ópticos. A busca por serviços eficientes e soluções de ponta inseriu a Copel Telecomunicações em um nível diferenciado dentro do setor, com crescimento de 34% em relação ao número de assinantes do ano anterior.

Gás

A Copel atua na distribuição de gás natural por meio da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, empresa detentora dos direitos exclusivos de fornecimento de gás canalizado no Paraná. A Compagas leva os benefícios e vantagens do gás natural a mais de 39 mil consumidores de 17 municípios do Estado. Entre os clientes estão residências, indústrias, postos de combustíveis. Em 2017, o volume de vendas atingiu a média anual de 1.156.657 m³/dia.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

1.2 Receitas e Lucros Proveniente dos Segmentos

Receita Líquida (R\$ mil)	2017	2016	2015
GeT - Geração	3.176.811	2.927.680	4.264.197
GeT - Transmissão	819.623	1.491.547	501.387
Distribuição	9.358.664	8.344.765	9.797.855
Telecomunicações	380.550	325.115	272.247
Gás	515.563	542.822	1.391.474
Comercialização	654.445	-	-
Holding - Participações	-	6.238	-
Consolidado	14.024.573	13.101.753	14.945.844

Lucro/Prejuízo (R\$ mil)	2017	2016	2015
GeT - Geração	618.341	202.622	991.621
GeT - Transmissão	225.349	696.604	122.874
Distribuição	347.255	(180.446)	206.054
Telecomunicações	54.052	58.332	54.644
Gás	113.953	4.951	23.068
Comercialização	13.041	-	-
Holding - Participações	(253.736)	147.693	(132.723)
Consolidado	1.118.255	929.756	1.265.551

Outras informações sobre o desempenho dos negócios da Copel encontram-se nos itens 7 e 10 do Formulário de Referência 2018 e nos demais Relatórios Corporativos, disponíveis no *website*: www.copel.com.

1.3 Regras Aplicáveis à Fixação de Tarifas

As tarifas cobradas pela Distribuidora são determinadas de acordo com as regras estabelecidas em contrato de concessão celebrado com o governo brasileiro, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Com objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da Distribuidora, o contrato de concessão estabelece mecanismo de preços máximos que permite três tipos de ajuste tarifário: (i) o reajuste anual, (ii) a revisão periódica e (iii) a revisão extraordinária.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e reposiciona as tarifas da Distribuidora em função de alterações na estrutura de custos e de mercado, considerando os níveis de tarifas praticados por empresas similares, além dos estímulos à eficiência e à modicidade tarifária. Neste momento, é reavaliada toda a receita da Distribuidora, composta pela Parcela A (custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos gerenciáveis). A parcela A envolve os custos relacionados à aquisição de energia elétrica, uso dos sistemas de transmissão, encargos setoriais e receitas irre recuperáveis. A parcela B diz respeito aos custos inerentes à atividade de distribuição de energia, isto é, custos operacionais e de capital.

A qualquer tempo, se houver alterações significativas comprovadas nos custos da Distribuidora e/ou modificação ou extinção de tributos e encargos, desde que cumpridas as condições de admissibilidade estabelecidas pela Aneel, é possível solicitar a revisão extraordinária das tarifas.

O reajuste tarifário anual tem como objetivo manter o equilíbrio econômico-financeiro garantido pelo contrato de concessão. Para a Copel, ocorre sempre em junho. É concebido para compensar alguns efeitos

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

da inflação sobre as tarifas, atualizando os custos gerenciáveis da Distribuidora (Parcela B), deduzindo-se os ganhos de produtividade obtidos em função do crescimento de mercado, e repassando aos consumidores os custos não gerenciáveis que compõem a Parcela A. O índice de reajuste tarifário é o resultado da razão entre a receita requerida (parcela A + parcela B) e a receita verificada, correspondente à receita auferida pela concessionária nos doze meses anteriores ao processo de reajuste tarifário, caso as tarifas praticadas não tenham sido alteradas até então.

A Resolução Homologatória da Aneel nº 2.255/2017, que reconheceu o resultado do reajuste tarifário anual da Copel Distribuição S.A. em 2017, conduziu a efeito médio percebido pelos consumidores de 5,85%, sendo 5,62%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão, e 6%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Além das tarifas, também fazem parte da fatura de energia as bandeiras tarifárias, que têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia - TE, permitindo a adequação de seu consumo ao preço real da energia elétrica. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam custo maior ou menor da energia, em função das condições de geração de eletricidade. Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel a cada ano civil, em ato específico e sua cobrança, que começou em janeiro de 2015.

Veja mais informações sobre tarifas e bandeiras tarifárias nos itens 7.1 e 10.2 do Formulário de Referência 2018 e nos demais Relatórios Corporativos, disponíveis no *website*: www.copel.com.

1.4 Outras Informações relevantes

A Copel na busca por melhoria do desempenho voltado à sustentabilidade visa aprimorar o relacionamento e a comunicação com os públicos de interesse. Publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade como parte do compromisso da Companhia com a transparência e o diálogo aberto com todos os seus públicos de relacionamento. O Relatório apresenta informações sobre gestão e desempenho nas dimensões social, econômica e ambiental. A metodologia adotada segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* - GRI e de relato integrado recomendadas pela *International Integrated Reporting Council* - IIRC.

Por meio de renúncia fiscal, a Copel apoia diversos projetos de incentivo à cultura por meio de lei federal (Lei Rouanet), lei estadual (Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná - Profice) e lei municipal (Lei do Mecenato da Fundação Cultural de Curitiba). Além dos projetos culturais, a Companhia incentiva projetos esportivos por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte e Projetos Sociais atinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Fundo da Infância e do Adolescente - FIA), ao Estatuto do Idoso (Fundo do Idoso) ou a projetos voltados ao desenvolvimento da saúde (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - Pronas). O investimento em 2017 somou R\$ 20,7 milhões em ações nas áreas de teatro, música, dança, circo, literatura, audiovisual e patrimônio cultural, entre outros.

Os apoios financeiros a projetos, eventos e iniciativas de terceiros são de cunho cultural, socioambiental, esportivo, educacional, técnico-científico, inovação ou estratégico, mediante contrapartida de divulgação que gerem reconhecimento da marca Copel em cumprimento de sua função social. Todos os contratos de patrocínio têm seu extrato publicado em Diário Oficial do Estado, no Portal da Transparência da Companhia e do Estado, e as contas são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Mais informações encontram-se no item 10.9 do Formulário de Referência 2018, disponível no *website*: www.copel.com.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

2. Compromisso Público

A Copel foi criada em 26.10.1954 pelo Decreto Estadual nº 14.947 para atuar em geração, transmissão e distribuição de eletricidade, como parte do plano do Paraná de colocar o setor de energia elétrica sob controle estatal.

Com o Decreto Estadual nº 1.412/1956, a Copel passou a centralizar todas as ações governamentais de planejamento, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, tendo incorporado todos os bens, serviços e obras em poder de diversos órgãos. Coube-lhe, assim, a responsabilidade pela construção dos grandes sistemas de integração energética e dos empreendimentos hidrelétricos previstos no Plano de Eletrificação do Paraná.

No início da década de 1970, adquirimos as principais empresas privadas do setor elétrico localizadas no Paraná. No período de 1970 a 1977 foi caracterizado por significativa expansão de nossas redes de transmissão e distribuição, e pelo esforço para aumentar a conectividade de nosso sistema com os de outros estados brasileiros. Em 1979, mudança na legislação estadual nos permitiu expandir nossas atividades de geração para incluir produção de outras fontes, além de usinas hidrelétricas e termelétricas.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.648, destinada a reformar a estrutura básica do setor elétrico, criando uma estrutura regulatória composta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. Seu objetivo era a desverticalização, privatização, competição na geração e na comercialização, e livre acesso às redes de transmissão e distribuição. Com base nessa legislação, a Copel foi reestruturada e, conforme a Lei Estadual 12.355/1998, coube à Copel Distribuição S.A. atender as políticas públicas na área de energia, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Mais informações sobre o nosso compromisso público encontram-se nos itens 6.3 e 7.1 Formulário de Referência 2018, disponível no *website*: www.copel.com.

3. Políticas Públicas

Alinhada com políticas públicas, a Copel vem desempenhando seu papel social em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal e com órgãos correlatos, promovendo diversos programas integrados para tornar a energia acessível a todos, como por exemplo:

Programa Luz Fraterna - O Programa, do Governo do Paraná, realiza o pagamento das faturas dos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica, desde que o consumo mensal não ultrapasse 120 kWh. Em 2017, o total de recursos do Governo do Estado com o programa foi de R\$ 37,3 milhões, com 158 mil famílias atendidas mensalmente.

Programa + Clic Rural - Lançado em 2015, visa à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica na área rural, com foco nas atividades agropecuárias integradas a processos produtivos sensíveis a interrupções. A iniciativa está voltada aos quatro setores mais sensíveis à qualidade do fornecimento de energia no Estado do Paraná: suinocultores, fomicultores, avicultores e produtores.

Em 2017, foram investidos R\$ 70 milhões em novas tecnologias em sistemas de automação e comunicação, subestações de 34,5/13 kV e obras de melhoria e de reforço na rede. Entre os principais avanços realizados no período está a implantação de 55 sistemas de reconfiguração automática de rede, já instalados. Ao todo,

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

foram beneficiadas mais de 200 mil unidades consumidoras rurais paranaenses.

Programa Tarifa de Irrigação Noturna e Programa Tarifa Rural Noturna - Programas realizados em parceria entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema e a Copel, que visam incentivar a produtividade agrícola mediante desconto de 60% a 70% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 6h, bem como subsídios em construção/reforço de redes para atendimento aos irrigantes. Valores mais baixos da conta de energia refletem diretamente em redução dos custos de produção e possibilitam aumento da renda do produtor rural, proporcionando fomento a agricultura e responsabilidade social.

Até dezembro de 2017, estavam cadastradas 4.400 unidades consumidoras na Tarifa de Irrigação Noturna, sendo o desconto estabelecido na Resolução Aneel nº 414/2010 e custeado pelo Governo Federal, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Havia cadastradas 12.000 unidades consumidoras na Tarifa Rural Noturna, com investimento de R\$ 24,8 milhões, valor custeado integralmente pela Copel. Para 2018 está previsto investimento total de R\$ 32 milhões para esse Programa, que tem encerramento previsto para dezembro de 2018.

Tarifa Social de Energia Elétrica - Instituída pela Lei Federal nº 10.438/2002, oferece descontos sobre o consumo de energia elétrica até o limite de 220 kWh, às famílias inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, desde que observados os demais critérios dispostos na Resolução da Aneel nº 414/2010, resultando em economia para o consumidor.

O Programa tem impacto social relevante e utiliza recursos da CDE. Foram investidos R\$ 107,5 milhões em 2017, com atendimento de 299.709 unidades consumidoras com benefício regular, representando 8,2% do total de domicílios atendidos pela Copel Distribuição S.A.

Programa Morar Bem Paraná - Instituído pelo Decreto Estadual nº 2.845/2011, é um convênio entre o Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel Distribuição S.A., com gestão realizada pela Cohapar. Tem como objetivo incentivar a construção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização para famílias com renda mensal de até seis salários mínimos (nacional), bem como desenvolver no Estado a habitação de interesse social. No Programa, a análise de impacto financeiro é feita por Cohapar e Secretaria de Estado de Planejamento Estratégico - SEPL, cabendo à Copel Distribuição S.A. a construção das redes de distribuição de energia elétrica e das entradas de serviço das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais.

Em 2017, o programa contabilizou 1.933 novas unidades habitacionais, com investimento de R\$ 1,2 milhão. Para os exercícios de 2018 e 2019, a meta é ampliar para 12.911 novas unidades habitacionais, investindo-se cerca de R\$ 13 milhões, com recursos do Estado do Paraná - por meio da SEPL.

Programa Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania - Desde 2013, a Copel participa do Programa, que tem por escopo planejar e executar ações integradas e políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa é desenvolvida em parceria com órgãos e entidades da administração federal, estadual, municipal e da sociedade civil para melhorar a segurança pública e desenvolvimento socioeconômico local. No âmbito do Programa, são realizadas ações integradas de desenvolvimento urbano e promoção social e de resgate da cidadania nas áreas de instalação das Unidades Paraná Seguro - UPS, por meio de eventos e ações contínuas,

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

como melhoria nas redes de distribuição, palestras nas escolas, orientações para cadastro na tarifa social, além de mutirões de atendimento para regularização de energia e outros serviços. A coordenação desses programas está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná. Em 2017, a Copel esteve presente em três edições do UPS, totalizando 556 atendimentos.

Projeto Paraná Smart Grid - O Projeto foi proposto como parte das ações instituídas pelo Decreto Estadual nº 8.842/2013, com o objetivo de aprimoramento do sistema de telemedição. Foi concebido para aprimorar a qualidade dos serviços e a capacidade de atendimento da Companhia no sistema elétrico e no sistema de telecomunicações. O Projeto foi finalizado em 2017, com registro das seguintes conclusões: falta, para a automação da medição, padronização entre fornecedores, fazendo com que a distribuidora de energia fique dependente do sistema proprietário implantado, sendo a automação da rede de média tensão uma das principais ferramentas para redução da frequência e do tempo de duração das interrupções. Por meio do projeto, também foram realizados estudos de microgeração com fontes intermitentes e testes com veículos elétricos. As constatações estão sendo utilizadas para conexão de novos acessantes e preparação da rede para o futuro.

Programa Paraná em Ação - Paraná Cidadão - Coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, prefeituras e instituições parceiras, tem como objetivo viabilizar fornecimento de serviços públicos gratuitos à comunidade mais carente. A Copel participa com fornecimento de conexão gratuita à internet, por meio de sua rede de fibras ópticas, atendimento comercial e orientações, e informações sobre uso seguro e eficiente da energia elétrica.

Em 2017 a Copel esteve presente em seis eventos, com prestação de serviços como cadastro de tarifa social de energia, atualização de cadastro, negociação de débitos, regularização de entrada de serviços, orientações e informações sobre uso seguro e eficiente de energia elétrica e atividades lúdicas.

Programa Iluminando Gerações - O Programa visa levar às comunidades dos municípios da área de concessão da Copel, em seus diversos segmentos, orientações em caráter informativo e preventivo, sobre sustentabilidade, uso consciente e seguro da energia elétrica, utilização dos recursos naturais e destinação correta dos resíduos, contribuindo para ampliar a consciência sobre o assunto.

Em 2017 o Programa atuou com instituições de ensino, empresas, feiras e eventos, levando orientações sobre uso eficiente e seguro de energia a mais de 50 mil alunos e cerca de 30 mil participantes das comunidades. Para 2018 a meta é atingir 50 mil alunos e 60 mil em 2019. O programa é custeado com recursos próprios da Copel e anualmente é investido cerca de meio milhão de reais na confecção de materiais (kit escola), que são entregues aos participantes das palestras ministradas pelos empregados da Copel.

Coleta Seletiva Solidária - Instituído pelo Decreto Estadual nº 4.167/2009, o Programa visa garantir a destinação de resíduos recicláveis administrativos às associações e cooperativas de materiais recicláveis. Tem alto impacto social, pois contribui para a geração de renda e melhoria das condições de trabalho dos catadores. Está alinhado às políticas públicas de inclusão social e de fortalecimento da economia solidária e é coordenado pela Comissão Permanente para a Coleta Seletiva Solidária.

Programa de Eficiência Energética - PEE – Seu objetivo é promover a eficiência no uso final da energia elétrica, por meio da aplicação de recursos financeiros determinados pela Lei Federal nº 9.991/2000 e pela Resolução Normativa Aneel nº 556/2013. Por meio do PEE, a Copel Distribuição S.A. realiza o projeto *A Copel na Comunidade*, desenvolvendo ações voltadas aos consumidores baixa renda beneficiados pela Tarifa Social

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

de Energia Elétrica, como palestras sobre uso seguro e eficiente da energia elétrica, diagnósticos energéticos e substituição de equipamentos consumidores de energia elétrica por outros mais eficientes.

Por meio do PEE, a Copel realiza o projeto A Copel na Comunidade, que tem por objetivo o desenvolvimento de ações para consumidores baixa renda, beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE. Nesse projeto são realizadas palestras sobre consumo seguro e eficiente da energia elétrica, diagnósticos energéticos e substituição de equipamentos consumidores de energia elétrica por outros mais eficientes. Na edição mais recente do projeto Copel na Comunidade foram substituídos 5 mil refrigeradores por outros novos e com selo Procel de economia de energia, em complemento às ações desenvolvidas no ano anterior (500 palestras, 39 mil diagnósticos energéticos e 118 mil lâmpadas substituídas).

A Copel também realiza anualmente chamadas públicas para projetos de eficiência energética, nas quais os consumidores podem apresentar propostas de projetos de eficiência energética para serem custeadas com recursos do PEE. Em 2017 foram selecionados 16 projetos que totalizam R\$ 13,3 milhões para aplicação em 2018, e publicação de nova Chamada Pública com montante de R\$ 20 milhões a ser disponibilizado. Foram selecionadas cinco universidades para a realização do Projeto Prioritário de Eficiência Energética e Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento publicado pela Aneel, totalizando cerca de R\$ 20,8 milhões de investimentos ao longo de dois anos, também uma empresa para realização do projeto educacional Copel nas Escolas - Iluminando Gerações, em escolas municipais, com custo anual previsto em R\$ 1,5 milhão.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I - Em conformidade com a Lei Federal nº 9.991/2000, as concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica devem aplicar anualmente 1% de sua receita operacional líquida regulatória em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. Os projetos de P&D no setor de energia elétrica devem ser originais e inovadores. Além desses valores, é feito recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia - MME, que em 2017, foi de R\$ 43,9 milhões.

O programa de PD&I da Copel disponibilizou, em 2017, R\$ 36,9 milhões para projetos divididos nos temas: eficiência energética; fontes alternativas de geração de energia elétrica; gestão de bacias e reservatórios; meio ambiente; medição, faturamento e combate a perdas comerciais; operação de sistemas de energia elétrica; planejamento de sistemas de energia elétrica; supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica; segurança; qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica; gestão de PD&I e outros temas importantes, desde estudos acerca de nanotecnologia aplicada a óleos isolantes até redes inteligentes e armazenamento de energia.

Em 2017, os aportes da Companhia nessa área foram:

- A **Copel Geração e Transmissão S.A.** aplicou R\$ 17,9 milhões na execução de 29 projetos de PD&I, dos quais sete são estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel por meio de Chamada de Projetos. Participou de onze projetos de forma cooperada com outras empresas, além de aplicar R\$ 600 mil em projetos de inovação em gestão, totalizando R\$ 18,5 milhões investidos.
- Em 2017 a **Copel Distribuição S.A.**, investiu R\$ 18,4 milhões em 40 projetos de PD&I, dos quais quatro foram concluídos ao longo do ano, além de cooperar com outras empresas do setor elétrico em outros oito projetos, entre os quais dois estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel, por meio de Chamada de Projetos.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

- A **Copel Telecomunicações S.A.** realizou em 2017 o evento TechMonth com o objetivo de acompanhar junto aos maiores fornecedores na área de telecomunicações as tendências futuras do setor, estimulando a criação de novos produtos e serviços.

Durante os próximos três anos, a Copel investirá R\$ 52 milhões em projetos inovadores de geração de energia renovável e de substituição de equipamentos para tornar mais eficiente o uso da energia elétrica. Os projetos serão executados em cinco polos universitários paranaenses, aprovados em chamada pública aberta pelos programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento da Copel, sob regulação da Aneel.

Mais informações sobre o atendimento a políticas públicas encontram-se no item 7.1 do Formulário de Referência 2018, disponíveis no *website*: www.copel.com.

4. Governança Corporativa

4.1 Modelo de Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa da Copel baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e buscando os melhores resultados para as partes interessadas. As práticas de governança adotadas cumprem as exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 1 de Governança da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e têm como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, atendendo aos dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016, da Instrução CVM 586/2017 e demais legislações aplicáveis.

Para que a Companhia seja permanentemente conduzida por princípios éticos, todos que atuam em seu nome são regidos por Código de Conduta desenvolvido em consonância com os valores da Copel, Princípios do Pacto Global e Princípios de Governança Corporativa.

4.2 Estrutura de Governança

Em conformidade com o Estatuto Social, a gestão da Copel organiza-se em estrutura formada por seis órgãos, com diferentes níveis de responsabilidade, assessorados por comitês técnicos.

Órgãos Estatutários

A **Assembleia Geral de Acionistas** é o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos a seu objeto social, regendo-se pela legislação vigente.

O **Conselho Fiscal** é órgão permanente que analisa e emite parecer sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores quanto a seus deveres legais e estatutários. É formado por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas.

O **Comitê de Indicação e Avaliação** é órgão estatutário de caráter permanente e tem por finalidade auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários para a Copel (Holding), suas subsidiárias integrais e também para suas sociedades coligadas e controladas, nos termos da legislação vigente.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

O **Conselho de Administração** é órgão deliberativo responsável por definir a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno. É composto por nove membros, dos quais sete independentes, indicados e eleitos de acordo com as regras previstas na legislação vigente.

A **Diretoria Executiva** tem funções executivas e responsabilidade de assegurar o cumprimento da estratégia da Companhia. É formada por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, sendo permitidas três reconduções consecutivas. As responsabilidades dos diretores estão apresentadas no Regimento Interno.

O **Comitê de Auditoria Estatutário** é um órgão independente, de caráter consultivo e permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração, formado por cinco membros, em sua maioria independente, escolhidos entre os Conselheiros de Administração. Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pelo monitoramento do Canal de Denúncias.

Órgãos não estatutários

O **Conselho de Orientação Ética** é colegiado vinculado administrativamente à Presidência, com a atribuição de contribuir para que a atuação da Companhia seja permanentemente conduzida por princípios morais e éticos, bem como pela divulgação e efetiva aplicação dos preceitos e orientações do Código de Conduta. É composto por onze conselheiros, dos quais dez são empregados da Copel e um é representante da sociedade civil.

O **Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes** é órgão responsável por assessorar a Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores na aplicação da Política de Divulgação de Informações e Preservação de Sigilo da Copel. Cabem a seus membros a revisão e a aprovação das informações a serem divulgadas ao mercado de capitais por meio de Relatórios Contábeis Trimestrais; Demonstrações Financeiras Padronizadas; Formulário de Referência; Formulários 20-F e 6-K para arquivo na *Securities and Exchange Commission*; Fatos Relevantes, Comunicados e *press-releases*, além de outros documentos.

Demais informações sobre o modelo e práticas de governança estão disponíveis nos itens 12.1 e 12.2 do Formulário de Referência 2018, no *website*: www.copel.com.

4.3 Principais Melhorias em Governança Corporativa

Em 2017 promovemos ações de melhoria da governança corporativa com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da Companhia e em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança adotados (Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Federal nº 13.303/2016, Instrução CMV 586/2017, Deliberações Normativas CCEE, Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e Nível 1 de Governança Corporativa da B3).

Iniciamos a estruturação do processo de indicação e avaliação dos membros dos órgãos de governança, em atendimento aos requisitos mínimos exigidos pela legislação aplicável, ao Estatuto Social da Copel e diretrizes estabelecidas em políticas internas. Os candidatos devem apresentar currículo e demais documentos pertinentes, como declaração de desimpedimento, com base no Art. 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; declaração de experiência profissional e formação acadêmica compatíveis com o exercício da função a ser desempenhada. Além disso, passam por análise de conformidade realizada pela Diretoria de

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Governança, Risco e Compliance da Copel, após a realização de *background check*, que verifica eventuais elementos que impeçam a eleição dos indicados.

Em 2017 também evoluímos no processo de avaliação de desempenho da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Holding), Diretoria das Subsidiárias Integrais, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal da Holding e Subsidiárias Integrais. Em 2017, a avaliação, realizada pela consultoria *PricewaterhouseCoopers* -PwC, atendeu às determinações do Conselho de Administração quanto à inserção de critérios quantitativos que representassem o alcance dos objetivos estratégicos corporativos nas avaliações da Diretoria Executiva e das Diretorias das Subsidiárias Integrais, conforme o planejamento estratégico estabelecido por meio de contrato de gestão corporativo para o ano. Para enriquecimento do processo, foi também incorporada a realização de avaliação pelos pares (diretores, conselheiros e integrantes dos comitês) por meio de formulário específico.

Os executivos da Companhia participaram de treinamento presencial sobre a Lei Anticorrupção, a Lei das Estatais, Governança Corporativa, Estratégia Empresarial, Controles Internos e Gestão Estratégica de Riscos Empresariais. Além destes, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance promoveu palestra para os Administradores e Conselheiros da Copel e de suas participações societárias, visando melhorar seu desempenho e uniformizar a compreensão quanto a riscos e opções de prevenção.

Merece destaque os dois Encontros do Ciclo de Palestras destinado à Alta Administração da Copel. O primeiro com o tema Compliance: Como proteger-se de Novos Riscos, com breve contextualização sobre a Lei Anticorrupção brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013). O segundo abordou o tema Gestão de Riscos e Controles Internos.

Os dados relacionados a denúncias e consultas enviadas ao Conselho de Orientação Ética são divulgados anualmente na intranet e internet. Tal divulgação consiste na apresentação do total de denúncias e consultas e das respectivas orientações, preservando o sigilo das partes envolvidas. Essa prática visa dar credibilidade e transparência ao processo, além de ser educativa. Em 2017 foram tratadas 44 consultas, sendo 17 denúncias relacionadas aos temas sistema de cotas no concurso público; dano moral/assédio moral; reclamação de consumidor com relação ao empregado da Copel no exercício da função, utilização de recursos da Companhia para fins particulares, questões salariais, constrangimento, redes sociais, corrupção, comentários racistas; 27 consultas relacionadas aos temas conflito de interesses, anúncio no aplicativo Centro de Informações, utilização do espaço da Copel, medida disciplinar, desvio de conduta e religião.

Em 2017 o Programa de Integridade foi reestruturado com a finalidade de reforçar prevenção, detecção, responsabilização e correção de atos de fraude e de corrupção, por meio da gestão integrada e do aperfeiçoamento de ações e controles da nossa estrutura de governança. O documento foi divulgado a todo o quadro funcional (empregados e alta administração) da Copel via correio eletrônico e está disponível para consulta na internet e intranet.

Revisamos o Código de Conduta a fim de mantê-lo atualizado com as melhores práticas e com a legislação pertinente. Em 2017, o Conselho de Orientação Ética, responsável pela revisão do Código de Conduta, iniciou o processo de revisão, tendo sua aprovação sido realizada pela Diretoria Reunida e pelo Conselho de Administração no primeiro trimestre de 2018.

Visando ampliar a comunicação dos conceitos e orientações sobre combate à corrupção e divulgação dos valores da Companhia, os quais estão incorporados no Código de Conduta, durante 2017 foram amplamente veiculadas mensagens (e-mails e comunicações na intranet) a todo o quadro (empregados e alta

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

administração), incentivando o comportamento ético e demonstrando o compromisso da Empresa com a prevenção e o combate à corrupção.

Em 2017 avançamos no processo de revisão do Estatuto Social da Copel, iniciado em 2016, com a inclusão de aspectos em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, tendo como base o Modelo de Estatuto definido pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCEE e nas boas práticas de governança corporativa, com aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária no primeiro semestre de 2018.

Ainda no primeiro semestre de 2018, foram aprovadas as políticas de Gestão Integrada de Riscos Corporativos e Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, bem como implementada a Política de Dividendos.

Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis nos itens 12.12 do Formulário de Referência 2018 e no Relatório de Sustentabilidade, disponíveis no *website*: www.copel.com.

4.4 Composição e Remuneração da Administração

A Assembleia Geral, de acordo com o Art. 152, da Lei Federal nº 6.404/1976, define a remuneração anual, com encargos, dos Administradores (Conselho de Administração, Diretoria Executiva da Holding) e conselheiros fiscais da Copel, conforme Art. 5º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 6.262/2017 e Deliberação Normativa CCEE nº 002/2018, levando em consideração a remuneração do exercício anterior, acrescida de correção monetária acumulada no período e, eventualmente, de ganho real. A remuneração total engloba honorários anuais e complementares, verba de representação, plano previdenciário e de saúde.

A remuneração global anual de 2017 foi aprovada na 62ª Assembleia Geral Ordinária de 2017 e, para 2018, foi aprovada na 63ª Assembleia Geral Ordinária de 2018, com divulgação no Diário Oficial do Estado do Paraná, no jornal Folha de Londrina e no site de Relações com Investidores da Copel e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações pertinentes a composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal, assim como as declarações de independência e de pessoa politicamente exposta, encontram-se no item 12.5/6 do Formulário de Referência 2018. Demais informações sobre a remuneração da Administração estão disponíveis no item 13 do Formulário de Referência 2018, no *website*: www.copel.com.

5. Gestão de Riscos e Controles Internos

5.1 Gerenciamento de Riscos

A Companhia mantém Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos desde 2009, que abrange as áreas corporativas, suas subsidiárias integrais e controladas. O modelo de gestão de riscos adotado tem como base estruturas e padrões reconhecidos, como o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO e o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A última revisão ocorreu em janeiro de 2018 e foi aprovada na 174ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 23.01.2018, incluindo, na Política, o conceito das três linhas de defesa e as atribuições dos órgãos de governança na estrutura de gerenciamento de riscos, conforme se segue:

A **Diretoria de Governança, Risco e Compliance** é responsável por definir e coordenar a implementação das

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

diretrizes, políticas e práticas de controles internos e gerenciamento de riscos corporativos, bem como de compliance da Companhia e suas controladas. As atividades desenvolvidas por ela são periodicamente relatadas à Diretoria Reunida, ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Conselho de Administração e a outros órgãos estatutários.

A **Auditoria Interna** é estrutura organizacional independente que avalia a efetividade do processo de gestão de riscos na Copel e a adequação das ações de tratamento e mecanismos de controles internos, recomendando, quando necessário, melhorias nos processos ao gestor de riscos, além de realizar relatos periódicos de suas avaliações ao Comitê de Auditoria Estatutário.

O **Comitê de Auditoria Estatutário**, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, é responsável pela revisão e supervisão dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros, dos processos de administração de riscos e controles internos e das atividades dos auditores internos e auditores externos independentes.

As **Diretorias Executivas** são responsáveis por identificar e avaliar os riscos, realizar execução e manutenção das ações de tratamento, bem como implementar procedimentos internos para assegurar que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

O **Conselho de Administração**, além de outras atribuições, é responsável por implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, além de estabelecer o papel das diretorias no gerenciamento de riscos e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

A Política de Gestão de Riscos conforme o COSO - ERM define as seguintes categorias de riscos:

Risco Estratégico		Risco de Compliance	
Estratégia	Riscos que estão associados à tomada de decisão da alta administração e ao planejamento estratégico, podendo gerar perda substancial no valor econômico da Copel.	Leis e Normas	Não conformidade com leis ambientais, trabalhistas, tributárias e regulatórias às quais a Copel está sujeita, incluindo políticas e normas internas, expondo a Companhia à atuação de órgãos reguladores.
Reputação	Possibilidade de perdas decorrentes da deterioração da marca da Copel junto ao mercado, clientes e órgãos reguladores, em razão de publicidade negativa.	Fraude e Corrupção	Riscos relacionados ao roubo de ativos físicos, agenciamento de informações, desvios de recursos financeiros, conflito de interesses, tráfico de influência, suborno, propina, conluio com fornecedores e clientes, entre outros, podendo implicar em perdas financeiras, multas, sanções e penalidades por órgãos fiscalizadores e deterioração da imagem da Copel.
Risco Financeiro		Risco Operacional	
Mercado	Risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações.	Processos	Risco relacionado à eficácia e eficiência das operações da Copel, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e a salvaguarda de ativos e à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.
Liquidez	Representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.	Tecnologia da Informação	Riscos de acesso não autorizado a dados e informações da Companhia, decorrente de vulnerabilidades de controles de acesso, falha de segregação de funções, violação de políticas, acarretando ataques externos, paradas no ambiente de TI, alteração ou divulgação indevida de informações.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Risco Financeiro		Risco Operacional	
Divulgação	Risco associado à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários incompletos, inexatos ou intempestivos, expondo a Copel a multas, penalidades ou outras sanções.	Projetos	Riscos relacionados aos projetos de transmissão, geração, distribuição, telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, podendo implicar em custos adicionais, atraso na entrega do projeto e autuação por órgãos reguladores.
Crédito	Risco de incorrer em perdas decorrentes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.	Socio-ambiental	Riscos relacionados aos impactos das operações da Copel na sociedade e no meio ambiente, podendo afetar a reputação e gerar autuação dos órgãos fiscalizadores. Está relacionado, também, com o efeito das intempéries climáticas severas, escassez de recursos naturais ou mobilização de comunidades, podendo causar interrupção na prestação dos serviços ou prejuízo na produção de energia.

Outras informações sobre gerenciamento de riscos encontram-se nos itens 5.1, 5.2, 5.3, do Formulário de Referência 2018, disponível no *website*: www.copel.com.

5.2 Controle Interno

A Companhia utiliza, para avaliação dos controles internos de divulgação financeira, os critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework* (2013), publicado pelo COSO. Também adota como prática a emissão de Certificados de Controles Internos pelos gestores dos processos, incluindo os diretores executivos, nos quais formalizam a ciência sobre não conformidades detectadas e se comprometem a desenvolver planos de ação para regularizá-las.

O controle interno sobre relatórios financeiros é definido segundo o *Securities Exchange Act* como processo projetado para fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Durante 2017, o Comitê de Auditoria Estatutário avaliou, com a Coordenação de Integridade Corporativa e a Auditoria Interna, e apoio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os sistemas de controle interno e administração de riscos da Companhia, com o objetivo de certificar-se de sua efetividade e da qualidade dos processos de geração dos relatórios financeiros que são utilizados pela administração para subsidiar suas decisões.

Os auditores independentes conduziram seus testes sobre relatórios financeiros de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas - PCAOB. Os apontamentos, as deficiências identificadas, as recomendações, assim como a avaliação por nossa administração, encontram-se detalhadas no item 5.3 do Formulário de Referência da Copel 2018, disponível no *website*: www.copel.com.

5.3 Programa de Integridade

A Copel, alinhada às diretrizes do Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, à Lei Anticorrupção e à Lei nº 13.303/2016, busca continuamente a excelência em suas atividades e a promoção de ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Para tanto, tem desenvolvido ações para inserção de melhores práticas de governança corporativa no desempenho de suas atividades e na condução de seus negócios, adotando medidas contínuas de prevenção, detecção e correção de possíveis atos de fraude e corrupção. A seguir, apresentamos algumas medidas adotadas pela Copel:

O Programa de Integridade da Copel é conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, compliance, auditoria interna, aplicação do Código de Conduta e incentivo à denúncia de ilícitos e irregularidades, com o objetivo de prevenir, detectar, punir e remediar possíveis atos lesivos à Companhia.

O Código de Conduta da Copel define conjunto de condutas e princípios norteadores que incorporam os valores da Companhia. É instrumento orientador dos atos de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e de suas subsidiárias integrais e controladas, os empregados (independentemente de sua função ou posição hierárquica), administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados, aos quais cabem as responsabilidades de reger-se por suas disposições e de aplicar, em seu âmbito de atuação, o conteúdo do Código, além de promover sua divulgação, seu entendimento e sua internalização.

Na Copel, denúncias de fraudes de natureza contábil e fiscal, orientações sobre conduta ética e assédio moral são tratados por diferentes canais e por processos específicos, os quais são apresentados abaixo:

O **Canal de Denúncias** destina-se ao recebimento de denúncias e comunicações relativas ao descumprimento de leis e normas, especialmente com relação a fraudes, corrupção e demais ilícitos ou irregularidades que envolvam finanças, auditoria ou contabilidade. O Canal de Denúncias garante sigilo das informações e o anonimato, preservando a identidade do manifestante para evitar retaliação e concedendo-lhe resposta à denúncia.

A **Ouvidoria** recebe, analisa e encaminha às áreas competentes os processos relativos a solicitação de informações, sugestões, reclamações e denúncias de clientes, cidadãos e empregados da Copel, além de monitorar e acompanhar os processos prevendo respostas com rapidez e eficiência. A Ouvidoria contribui para a melhoria da satisfação do público (externo e interno), aperfeiçoamento dos produtos e serviços e melhoria da imagem da Copel.

O **Conselho de Orientação Ética** aprecia e emite orientação em processos relacionados à conduta ética na Companhia, à luz do Código de Conduta.

A **Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral** possui atribuição de analisar as denúncias de assédio moral na Copel e suas subsidiárias integrais, bem como de orientar os empregados em relação à prevenção do assédio moral, em consonância com a responsabilidade social e as melhores práticas de governança corporativa.

Outras ações do **Programa de Integridade** estão descritas no item 5.4 do Formulário de Referência 2018 e no **Portal de Compliance**, disponíveis no *website*: www.copel.com.

5.4 Fatores de Riscos

Os fatores de riscos divulgados pela Copel observam os padrões definidos na Instrução CVM nº 480/2009 e em sua Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos. A seguir apresentamos os principais fatores de risco identificados pela Companhia:

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Fatores de riscos relacionados à:	
Setores da economia que atuamos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alegações de corrupção política contra o governo federal brasileiro e o poder legislativo poderiam resultar em instabilidade econômica e política; ➤ O governo brasileiro tem influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras — e a percepção do investidor dessas condições — têm impacto direto nos nossos negócios, situação financeira, resultados das operações e perspectivas.
Regulação dos setores que atuamos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A renovação de certas concessões de geração e transmissão é incerta; ➤ Nossas receitas operacionais podem ser afetadas adversamente se a Aneel tomar decisões quanto a nossas tarifas que nos sejam desfavoráveis; ➤ Estamos sujeitos a abrangente regulamentação de nosso negócio, que afeta fundamentalmente nosso desempenho financeiro; ➤ A Aneel pode nos penalizar por inobservância dos termos de nossas concessões ou das leis e regulamentos aplicáveis, e podemos não recuperar o valor integral de nosso investimento no caso de extinção de quaisquer de nossas concessões.
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Somos estritamente responsáveis por quaisquer danos decorrentes de prestação inadequada de serviços de energia elétrica, e nossas apólices de seguro podem não cobrir inteiramente tais danos; ➤ A interrupção das operações ou deterioração da qualidade dos nossos serviços, ou nos das nossas subsidiárias, poderia ter efeito adverso nos nossos negócios, situação financeira e resultados das operações; ➤ As eventuais oscilações das condições econômicas no Estado do Paraná e os preços das tarifas de energia elétrica alinhadas ao mercado nacional poderão afetar tanto a capacidade de pagamento por parte de nossos clientes de distribuição, assim como aumento nos valores de nossas perdas comerciais. Aumento de nossas perdas comerciais ou recebíveis incobráveis poderiam afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultado operacional.
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estamos expostos a eventuais comportamentos que são incompatíveis com nossos padrões éticos e de conformidade e podemos não conseguir preveni-los, detectá-los ou remediá-los a tempo, o que pode causar efeitos adversos relevantes em nossos resultados operacionais, condição financeira e reputação.
Questões socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A Companhia está sujeita a diversos riscos relacionados a questões socioambientais em seus empreendimentos, desde a sua construção até a fase de operação; ➤ Falhas em barragens sob nossa responsabilidade podem causar sérios danos às comunidades afetadas, aos nossos resultados e à nossa reputação.

Demais informações sobre os fatores de risco estão disponíveis no item 4 do Formulário de Referência 2018, no *website*: www.copel.com.

6. Dados Econômico-Financeiros e Comentários dos Administradores

O ano de 2017 comprovou, mais uma vez, a enorme resiliência do setor elétrico brasileiro às crises conjunturais. A Copel respondeu aos desafios do período em linha com as expectativas do mercado: com disciplina financeira, programa agressivo de redução de custos e aposta na consolidação de sua governança. São estes os pilares de uma gestão que já começou a colher frutos, seja por meio da blindagem institucional, que garantirá a perenidade de seus negócios, seja pelos resultados positivos em todas as áreas em que atua.

Em 2017 teve início programa de obras entre o Paraná e Santa Catarina no valor de R\$ 500 milhões e foram concluídas as linhas de transmissão Londrina – Assis e Figueira – Ponta Grossa Norte, importantes para o intercâmbio de energia entre as regiões sul e sudeste.

No segmento de distribuição, temos sido bem-sucedidos em pesquisa e aplicação de novas tecnologias para monitoramento e automação das redes, principalmente no interior do Paraná. Mesmo em cenário de crise e redução de consumo, a inovação tem nos permitido reduzir custos e promover os índices de qualidade de fornecimento a níveis inéditos no Estado.

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Além do significativo e contínuo investimento em distribuição nos últimos anos – mais de R\$ 4 bilhões desde 2011 – contribui para a força de nossa marca junto aos clientes o desempenho de nossa subsidiária de telecomunicações. A satisfação dos clientes com a Copel Telecomunicações, conquistada por internet de varejo em fibra óptica que é a mais rápida do País, reflete a excelência de gestão que temos conseguido imprimir na Copel.

Nossas receitas operacionais consolidadas cresceram 7,0% (R\$ 922,8 milhões) em 2017 comparadas a 2016, enquanto o lucro líquido da Copel totalizou R\$ 1,12 bilhão em 2017, montante 41,6% superior aos R\$ 789,8 milhões apurados em 2016, devido, principalmente, à reversão de perdas estimadas para redução ao valor recuperável (reversão de *impairment*), parcialmente compensada por provisões para litígios relacionados a questões cíveis e administrativas, trabalhistas e benefício pós-emprego.

O programa de investimentos realizado em 2017, considerando nossas subsidiárias integrais e Sociedades de Propósito Específicas - SPEs, foi de R\$ 2,51 bilhões, montante 7,6% superior aos R\$ 2,33 bilhões previstos para o ano. Desse total, R\$ 1,07 bilhão foi aplicado em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 630,4 milhões em obras de distribuição e R\$ 241,1 milhões em telecomunicações. Do R\$ 1,07 bilhão investido no segmento de geração e transmissão, R\$ 249,7 milhões foram na Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, R\$ 159,6 milhões na Usina Hidrelétrica de Colíder, R\$ 468,7 milhões nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e em outros oito estados e R\$ 566,0 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte.

A Companhia financia a liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamento externo, visando a ampliação e modernização dos negócios ligados a geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, bem como a telecomunicações.

Durante a preparação da ITR 3T17, a Administração da Companhia identificou que a controlada indireta UEG Araucária Ltda. (“UEG Araucária”) mantinha recursos em Fundo de Investimento Multimercado, que detém cotas de outros fundos de investimentos, os quais, por sua vez, mantinham investimentos em empresa de capital fechado, cujo ativo principal é um empreendimento imobiliário.

Em decorrência disso, em conformidade com as melhores práticas de governança, a Administração da Companhia contou com a assessoria de especialistas independentes, os quais, em conjunto com a Administração da Companhia, realizaram investigação interna para avaliar a natureza, classificação e avaliação desse investimento, a abrangência de eventuais impactos e as condições em que tal investimento foi efetuado. Mais informações estão disponíveis nas notas explicativas constantes (i) do item 4.1.2 das Informações Trimestrais da Companhia relativas ao 3º trimestre de 2017, disponibilizadas em 29.09.2017 e rerepresentadas em 13.06.2018 (“ITR 3T2017”); (ii) do item 4.1.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2017, disponibilizadas em 12.04.2018 e rerepresentadas em 14.05.2018; bem como (iii) dos Comunicados ao Mercado nº 26/17, 29/17 e 12/18, divulgados em 14 e 24.11.2017 e 12.07.2018, respectivamente, e (iv) Fatos Relevantes nº, 03/18, 04/18, 06/18, 07/18, divulgados em, 23.03, 12.04, 10 e 14.05.2018, respectivamente.

Demais informações sobre dados econômico-financeiros e comentários dos administradores estão disponíveis nos itens 3, 5 e 10 do Formulário de Referência 2018, no *website*: www.copel.com.

